



## AUTARQUIAS

# Rio e Costa formam bloco central para travar o endividamento

## Presidente da Câmara do Porto defende redução do IMI e do IMT

**GERMANO OLIVEIRA**

germanooliveira@negocios.pt

O bloco central sempre é possível, nem que seja apenas quanto a princípios fundamentais da governação autárquica. Os presidentes das duas maiores câmaras do País, Porto (PSD) e Lisboa (PS), consideram que a autonomia das autarquias é insuficiente em matéria de fiscalidade e ambos concordam que devem ser reduzidos os limites de endividamento dos municípios.

António Costa, socialista, expli-

ca que tanta sintonia com Rui Rio, social-democrata, deve-se a questões de princípio. "Teras contas em dia não é de Esquerda ou de Direita, é um princípio de boa governação", sustentou o presidente da Câmara de Lisboa durante a conferência "Fiscalidade no Poder Local", que decorreu ontem no Porto e que foi organizada pela TSF e pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. António Costa falou por videoconferência, enquanto Rui Rio esteve fisicamente na sala.

Na questão do endividamento, e

a propósito da Lei das Finanças Locais (refira-se que António Costa foi o ministro responsável pela lei em vigor), o presidente da Câmara do Porto pediu mais rigidez. "Acho que o limite de endividamento, que está nos 125%, deve ser mais apertado. A fórmula pode manter-se, mas há duas saídas: ou os 125% são reduzidos ou não podemos somar todo o imobilizado financeiro", disse Rui Rio. E, como homem do Porto, socorreu-se de uma expressão bem tripeira para analisar a impopularidade da sua proposta. "Os autarcas

que me estiverem a ouvir comem-me vivo", disse Rui Rio.

Com um orçamento global de 214 milhões de euros em 2008, a Câmara do Porto possui uma dívida à banca de 131 milhões e Rui Rio explica o porquê de defender uma lei mais apertada. "É inadmissível que se deixe uma câmara em tal situação financeira, com um tal nível de endividamento, que não permite a quem vem a seguir tomar opções políticas", defendeu. E, a seguir, disse que foi precisamente isso que lhe sucedeu quando chegou à Câmara do Porto em 2002.

O presidente da Câmara de Lisboa, que também pediu um travão ao endividamento dos municípios, concordou com o diagnóstico. "É errada esta ideia que muita gente formou de que os autarcas são pelo despesismo", afirmou.

### Baixar IMI e ter liberdade no IRS

Já na área dos impostos, Rui Rio pediu baixas no IMT e no IMI. "O IMI deveria baixar um pouco, pois está



Para António Costa, empresas municipais "eram uma espécie de saco azul para pagar despesas".



Rui Rio quer autarquias a receber uma parte de todos os impostos cobrados no seu concelho.

demasiado pesado para um país sem mercado de arrendamento e apenas de proprietários de imóveis", afirmou, antes de dizer que o mesmo devia suceder ao IMT.

Já António Costa pediu mais flexibilidade a este nível. "Devia haver mais liberdade na conformação do quadro tributário destas receitas próprias dos municípios", opinou.

O presidente da Câmara de Lisboa deixou mais sugestões ao nível da autonomia fiscal. António Costa argumentou que as câmaras devem poder fixar diferentes taxas de derrama, não só consoante a dimensão das empresas, mas também consoante o sector de actividade. Ao nível do IRS, disse que os municípios devem poder fixar taxas diferenciadas consoante são ou não novas famílias a fixar-se nas autarquias.